VELSIS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S/A

CNPJ nº 36.926.807/0001-05 - NIRE 41300305986
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
 Ficam convidados os Senhores Acionistas da Velsis Participações Societárias S/A, a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se, em primeira convocação, às 14 horas do dia 19 de dezembro de 2024, na modalidade **Sempresencial**, conforme Instrução Normativa DREI nº 81/2020, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: Ratificar os valores efetivamente pagos aos acionistas a título de dividendos, conforme convenção na 4ª Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 25 de abril de 2024. Para os Acionistas que optarem por participar de forma presencial, a Assembleia será realizada na sede da Companhia, localizada na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua General Mario Tourinho, nº 1805, 9º andar, sala 901, Seminário, CEP 80.740-000. Já para os Acionistas que optarem por participar de forma remota, a Assembleia ocorrerá simultaneamente por meio de plataforma online, conforme link enviado aos Acionistas por e-mail.

Curitiba/PR, 09 de dezembro de 2024
Guilherme Guimarães Araújo - Diretor Presidente

IT SISTEMAS CONSTRUTIVOS S.A. em recuperação Judicial CNPJ: 14.936.425/0001-11
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 - (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	NE	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	-
Total do ativo circulante	-	-	-
Não circulante			
Depósitos judiciais	119	119	
Clientes	1.791	1.791	
Outros créditos	1.244	1.245	
Investimentos	20	20	
Imobilizado	6	35.814	35.826
Intangível	7	18.325	18.325
Total do ativo não circulante	57.313	57.326	
Total do ativo	57.313	57.326	
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	19	19	
Obrigações trabalhistas	87	91	
Tributos a receber	8	4.352	1.094
Adiantamentos de clientes	-	586	527
Obrigações com credores RJ	11	868	-
Total do passivo circulante	5.912	1.731	
Não circulante			
Tributos a receber	8	2.726	
IR e CS diferidos	9	3.992	
Contas a pagar - partes relacionadas	11	6.329	5.820
Obrigações com credores RJ	10	66.978	19.610
Partes relacionadas RJ	10	-	48.232
Provisão para contingências	12	1.445	254
Total do passivo não circulante	79.072	80.634	
Total do passivo	84.984	82.365	
Passivo a descoberto			
Capital social	13	61.900	61.900
Prejuízos acumulados	13	(89.571)	(86.939)
Total do patrimônio líquido	(27.671)	(25.039)	
Total do passivo e patrimônio líquido	57.313	57.326	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais - R\$)

Descrição	Capital Social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	61.900	(86.374)	(24.474)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	(565)	(565)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	61.900	(86.939)	(25.039)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	(2.632)	(2.632)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	61.900	(89.571)	(27.671)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO - (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

1. Contexto operacional: A IT Sistemas Construtivos S.A., iniciou suas atividades no dia 28 de outubro de 2010 e foi constituída para fabricar artefatos de material plástico para uso na construção, ainda, como atividades secundárias a Companhia poderá construir edifícios, incorporar empreendimentos imobiliários, prestar serviços de engenharia e participar de outras sociedades, exceto holdings. A Companhia paralisou suas atividades em agosto de 2016 em razão do cenário macroeconômico. A Administração está avaliando as condições de mercado para decidir sobre a continuidade ou não do negócio. **1.1 Situação econômica e financeira:** Conforme divulgado detalhadamente nas demonstrações financeiras do exercício de 2019, em 28 de junho de 2019, foi deferido pedido de Recuperação Judicial formulado perante o MM. Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR (Processo autuado sob nº 0007743-09.2019.8.16.0185). O pedido foi formulado pela THC em conjunto com suas controladas, a Construtora Triunfo S.A., TISA Infraestrutura e Investimentos S.A. e IT - Sistemas Construtivos S.A. (juntas denominadas Recuperandas). A Assembleia Geral de Credores conforme artigo 35 da Lei 11.101/2005 (Lei de Recuperação das Falências - "LRF"), foi instalada no dia 05.12.2019 ("AGC") em segunda convocação, onde os credores votaram e aprovaram por ampla maioria o Plano de Recuperação Judicial das Recuperandas, tendo sido substancialmente superados os percentuais mínimos legais estabelecidos no artigo 45 da "LRF". Em 28 de janeiro de 2020 o Plano de Recuperação Judicial aprovado na Assembleia Geral de Credores foi homologado pelo MM. Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR, conforme artigo 58 da "LRF". Os valores homologados e classes estão descritos a seguir:

Classe	Valor
Classe I	8
Classe II	78.999
Classe III	576
Classe IV	79.578

Todas as informações sobre o processo de Recuperação Judicial, em especial sobre o Plano de Recuperação Judicial homologado e seu acompanhamento, podem ser acessados através de consulta aos autos do processo nº 0007743-09.2019.8.16.0185. A Administração, com o suporte de seus assessores determinou o plano para conduzir essa nova fase dos negócios das

Recuperandas com foco nos seguintes principais destaques: a) Estabeleceu que durante todo o período em que as Recuperandas estiverem sob Recuperação Judicial a direção e os acionistas se comprometem a realizar todos os esforços na administração profissional e independente, para manter uma estrutura mínima necessária para que as Companhias deem continuidade nas suas operações, nos novos níveis de operação, de forma a poder cumprir com todos os compromissos citados no Plano, de acordo com o cronograma de pagamentos homologados; b) Determinou que a geração de caixa para pagamento aos credores está baseada nas seguintes medidas e recursos: - Geração dos fluxos de caixa operacionais pela continuidade das atividades econômicas e por decorrência da sua reestruturação operacional e financeira a ser executada; - Reescalonamento do seu endividamento com modificações no prazo, nos encargos e na forma de pagamento aos credores; - Realização de doação de equipamentos em favor dos credores, com os bens integrantes de seu ativo imobilizado que se encontram ociosos ou tenham se tornado desnecessários; c) Executará operações de reorganização societária; d) Fará a expansão de parcerias e novos fornecedores; e) Irá efetuar captação de novos recursos através de financiamentos; f) Irá efetuar a constituição e alienação das UPI's (Unidades Produtivas Isoladas); g) Utilizará premissas conservadoras para a elaboração das projeções dos demonstrativos financeiros para o período de 2019 a 2033 das Recuperandas indicando capacidade de geração de caixa para honrar os compromissos. A Administração do grupo econômico considera que a execução deste plano de reestruturação manterá a continuidade sustentável dos negócios da THC e de suas controladas. Para a IT Sistemas a criação da UPI irá permitir a alienação judicial do negócio pelo preço mínimo de R\$31.500.000,00 (trinta e um milhões e quinhentos mil reais). A venda ocorrerá por processo competitivo entre os potenciais interessados, na modalidade de propostas fechadas, conforme determina o art. 142, II, da Lei nº 11.101/2005. A UPI foi formalmente constituída e os administradores da Companhia aguardam a aprovação em juízo para iniciar os procedimentos necessários à alienação da UPI Sistemas de Construção contendo todos os requisitos detalhados no Plano de Recuperação Judicial na seção 4.5. **2. Base de preparação e principais políticas contábeis:** A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das demonstrações financeiras em 15 de junho de 2024. As práticas contábeis relevantes estão descritas nas notas explicativas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos as demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. **2.1. Apresentação das Demonstrações**

Financeiras: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 12.973/14, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). **b. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico, normalmente, baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em trocas de ativos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. **c. Moeda funcional:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações foram arredondadas para o real mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2. Principais práticas contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa:** Refere-se aos saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. **b. Contas a receber:** Refere-se a valores a receber de clientes pessoa jurídica que adquiriram produtos. A Companhia utiliza o regime de competência para reconhecimento destes valores. A Companhia não possui política para estimar a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os valores vencidos há mais de 180 dias são cobrados judicialmente. **c. Imobilizado:** Todas as contas do grupo imobilizado estão demonstradas ao valor do custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução do valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **d. Intangível:** O ativo intangível da Empresa é formado por gastos com desenvolvimento de produtos. A amortização desta rubrica foi paralisada em razão do encerramento das atividades operacionais da Companhia. **e. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Os ativos não circulantes são revisados anualmente para a identificação de evidências de perdas de valores não recuperáveis "impairment" ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **f. Instrumentos financeiros:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atfingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. **g. Transações em moeda estrangeira:** Na elaboração das demonstrações financeiras, as transações em moeda estrangeira, ou seja, quando moeda diferente da moeda funcional da empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no final do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação. **h. Empréstimos e financiamentos:** São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas do balanço conforme descrito nas notas explicativas. **i. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco. **j. Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência do exercício e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de valor para o valor de realização. **k. Demais ativos e passivos circulantes:** Registrados pelos valores nominais conhecidos ou estimados, atualizados até a data de encerramento dos exercícios, quando aplicável. Os saldos dos ativos não excedem os seus respectivos valores de realização. **l. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras sem qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível e sobre o ajuste de avaliação patrimonial. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. **3. Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia não possui registro nesta rubrica para o período findo em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022. Em razão da Recuperação Judicial os administradores do grupo econômico decidiram formar um centro de serviços administrativos para gerenciar os pagamentos das empresas recuperandas para garantir o cumprimento do plano, manter o controle unificado e reduzir custos operacionais para manutenção das atividades e procedimentos atrelados ao Plano de Recuperação Judicial. **4. Contas a receber:** A Companhia possui para os exercícios de 2023 e 2022 registrado nesta rubrica o montante de R\$1.791 referente ao cliente Construtora Valor. Este montante está sendo cobrado judicialmente. A Companhia transferiu este valor para o longo prazo em razão da dilatação da expectativa de recebimento. **5. Adiantamento a fornecedores:** O valor registrado nesta rubrica refere-se a adiantamentos realizados para fornecedores durante a fase operacional da empresa. A

Administração da Companhia está avaliando os pagamentos realizados em relação aos serviços prestados e produtos entregues para solicitar emissão dos documentos fiscais e proceder com a baixa destes valores. O montante registrado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$1.245 (R\$1.245 em 31 de dezembro de 2022). Este valor foi transferido para o ativo não circulante. **6. Imobilizado:** A Companhia possui registrado nesta rubrica o montante de R\$35.814 (R\$35.826 para o exercício de 2022). **7. Intangível:** A Companhia possui registrado nesta rubrica o montante de R\$18.325 (2022). A amortização não está mais sendo gerada desde a paralisação das atividades operacionais em 2016. **8. Impostos, taxas e contribuições:** A Companhia possui registrado nesta rubrica o montante de R\$4.680 (R\$3.620 para o período findo em 31 de dezembro de 2022). A Companhia possui parcelamentos ativos junto a prefeitura de Curitiba e a Receita Federal do Brasil para pagamento destes débitos.

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo circulante	4.352	1.094
Passivo não circulante	328	2.726
	4.680	3.820

9. Imposto de renda e contribuição social: Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro. E requerido julgamento significativo da Administração para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

	31/12/2023	31/12/2022
IR e CS sobre haircut (i)	3.992	3.992
	3.992	3.992

(i) O haircut refere-se ao desconto concedido pelos credores em Assembleia que será aplicado após o cumprimento das hipóteses previstas no Plano de Recuperação Judicial homologado. **10. Obrigações com credores do Plano de Recuperação Judicial:** Conforme mencionado na Nota Explicativa "1 - Contexto Operacional", a Companhia obteve a aprovação pelos credores em 05 de dezembro de 2019 e homologado em pelo d. Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de Curitiba em 26 de janeiro de 2020. Os valores a pagar e a composição dos créditos são assim demonstrados:

Classe por Credor	Saldo Homologado	Pagamentos	Adições (baixas)	Saldo a Pagar em 31/12/2023
Classe I - Credores trabalhistas	9	(36)	56	29
Classe III - Credores quirográficos	12.225	(15)	-	12.210
Classe IV - Credores ME/EPP	342	(5)	2	341
Partes relacionadas	55.266	-	-	55.266
	67.842	(54)	58	67.846

Passivo circulante 868
 Passivo não circulante 66.978

A classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorrerão da seguinte forma: (i.1) Pagamentos Lineares: serão realizados 3 (três) pagamentos lineares no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais) cada e um pagamento linear no valor de R\$3.000,00 (três mil reais), respectivamente, em 30 (trinta), 60 (sessenta), 90 (noventa) e 120 (cento e vinte) dias contados da Data da Homologação do Plano de Recuperação Judicial a todos os Credores Trabalhistas; (i.2) Saldo dos Créditos após Pagamentos Lineares: o saldo dos Créditos Trabalhistas devido aos Credores Trabalhistas após realização dos Pagamentos Lineares será pago em 8 (oito) parcelas mensais e consecutivas, até o limite de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). (i.3) Crédito Trabalhista excedente ao limite de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por Credor Trabalhista: o valor excedente será reclassificado na Classe III, de Credores Quirográficos. A classe III é composta pelos credores quirográficos que serão pagos da seguinte forma: (i) Pagamento Linear no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, respeitando o limite de cada Crédito Quirográfico e o valor mínimo por parcela de R\$300,00 (trezentos reais), sendo a primeira das parcelas em até 30 (trinta) dias contados da Data de Homologação Judicial do Plano. (ii) Opção A de Amortização de Principal: após o pagamento estipulado no item (i) acima, eventual saldo dos Créditos Quirográficos será pago de acordo com o seguinte cronograma de amortização:

Período após a Homologação	% do Saldo Devedor
8º Ano	7,14%
9º Ano	7,14%
10º Ano	7,14%
11º Ano	7,14%
12º Ano	7,14%
13º Ano	7,14%
14º Ano	7,14%

A classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que serão pagos da seguinte forma: (i) Pagamento Linear no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas, respeitando o limite de cada Crédito Quirográfico e o valor mínimo por parcela de R\$300,00 (trezentos reais), sendo a primeira das parcelas em até 30 (trinta) dias contados da Data de Homologação Judicial do Plano. (ii) Opção A de Amortização de Principal: após o pagamento estipulado no item (i) acima, os credores ME e EPP poderão optar pelo pagamento do eventual saldo dos créditos de acordo com o seguinte cronograma de amortização:

Período após a Homologação	% do Saldo Devedor
2º Ano (12 parcelas)	12,50%
3º Ano (12 parcelas)	12,50%

(ii) Opção B de Amortização: seguirá a mesma regra da Classe III item (i). **11. Partes relacionadas:** A Companhia possui registrado nesta rubrica o montante de R\$6.329 para o período findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$5.820 em 31 de dezembro de 2022). No exercício de 2023 e 2022 a Controladora THC repassou recursos para que a IT Sistemas pudesse realizar os pagamentos das despesas correntes. **12. Provisão para demandas judiciais e administrativas:** A Companhia é parte envolvida em causas cíveis, trabalhistas e tributárias, que se encontram em diversas instâncias. As provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. As provisões são revisadas e ajustadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais externos e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

	31/12/2022	Adições	Reversões	31/12/2023
Processos cíveis	206	308	(206)	308
Processos trabalhistas	48	1.137	(148)	1.137
	254	1.445	(254)	1.445

13. Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto): Conforme o Estatuto Social, o capital social é de R\$61.900 (sessenta e um milhões e novecentos mil reais). A Companhia no exercício de 2023 obteve um prejuízo de R\$2.632 (R\$565 em 31 de dezembro de 2022). O saldo de prejuízo acumulado é de R\$89.571. **14. Instrumentos financeiros:** A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.
 Luiz Fernando Wolff de Carvalho
 Diretor Presidente
 Anaclete Betti
 Contadora
 CRC PR 040.237/O-1

As publicações foram realizadas e certificadas na data do cabeçalho da página

Aposte na câmera do celular para o QR Code abaixo e acesse a página de Publicidade Legal do portal BEMPARANÁ com certificação digital reconhecida pelo ICP/ITI.

<https://www.bemparana.com.br/publicidade-legal/formato/digital/>

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/EA33-BB2B-7B88-4430> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: EA33-BB2B-7B88-4430

Hash do Documento

D1224929FAF0E2572A7E09423221F48E8D20EC0F992444223DC33B4565FD0066

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 13/12/2024 é(são) :

- Roney Rodrigues Pereira (Signatário - EDITORA BEM PARANA LTDA) - 470.195.909-00 em 13/12/2024 00:30 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica

Evidências

Client Timestamp Fri Dec 13 2024 00:31:18 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -25.4410752 Longitude: -49.2601344 Accuracy: 222457.88500194091

IP 138.204.25.74

Identificação: Autenticação de conta

Assinatura:

Hash Evidências:

4378C7E5E05118DDA1FFCF0AD2FC7F146450191FEC875E7E608E8A2D2FC9C354